



ISSN 1984-5634

DOSSIÊ

A SEDUÇÃO NEGACIONISTA NA LINGUAGEM DOS MEMES COMO PROBLEMA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR

*The denialist seduction in the language of memes as a problem
for teaching the history of the military dictatorship*

ROSENILDE ALVES DE LIMA¹

SONIA MARIA DE MENESES SILVA²

RESUMO

Este artigo analisa memes com temas históricos que circulam nas redes digitais e ensejam os elementos estruturantes das narrativas negacionistas da ditadura militar, a fim de compreender de que maneira eles reverberam nos processos de aprendizagem histórica. Para isso, nos propomos a entender como o problema do negacionismo da ditadura se manifesta na linguagem dos memes, considerando o dilaceramento da possibilidade de construção da *Literacia Histórica*. Argumenta que a apropriação negacionista da história, potencializa as dificuldades de pensar o mundo historicamente, uma vez que, essas versões elaboram cortes, compreensões, diminuições e condensações carentes de problematização, conflito e dissenso. Desse modo, o ensino de história deve ser pensado como uma ponte capaz de construir resistência aos apelos dessas narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de história, Negacionismo, Ditadura militar.

ABSTRACT

This article analyzes memes with historical themes spread on digital networks and give rise to the structuring elements of the narratives that deny the military dictatorship, in order to understand how they reverberate in the processes of historical learning. To do so, we propose to understand how the problem of denying of the dictatorship is manifested in the language of memes, considering the laceration of the possibility of building Historical Literacy. It argues that the appropriation of history that denies the military dictatorship, enhances the difficulties of thinking about the world historically, since these versions elaborate crops, understandings, reductions and condensations that lack questioning, conflict and dissent. In this way, the teaching of history must be thought of as a bridge capable of building resistance to the appeals of these narratives.

KEYWORDS: History teaching, Denialism, Military dictatorship.

EDITOR-CHEFE:

Vicente da Silveira Detoni

EDITORA-GERENTE:

Renata dos Santos de Mattos

SUBMETIDO: 04/11/2022

ACEITO: 14/01/2023

COMO CITAR:

LIMA, R. A.; SILVA, S. M. M.
A sedução negacionista na
linguagem dos memes como
problema para o ensino de
história da ditadura militar.
Aedos, Porto Alegre, v. 15, n.
34, p. 62-83, jul.–dez., 2023.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

1 Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri-URCA. Mestre em Ensino de História-PROFHISTÓRIA, pela Universidade Regional do Cariri-URCA. Professora efetiva da Rede Estadual do Ceará, sendo lotada na EEMTI Simão Ângelo - Penaforte-CE. ORCID iD: 0000-0002-9647-2955. E-mail: rosenilde.profhistoriaurca@gmail.com

2 Realizou Pós-doutorado na Universidade de São Paulo-USP; Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professora associada da Universidade Regional do Cariri-URCA, sendo atualmente coordenadora do Mestrado ProfHistória da mesma instituição. ORCID iD: 0000-0001-5099-0530. E-mail: sonia.meneses@urca.br

O “Álbum branco”, como ficou conhecido o segundo disco de Caetano Veloso, lançado em 1969, em Salvador, pela gravadora Philips, carrega uma aura de melancolia e tristeza, devido à Polícia Federal de São Paulo ter prendido Caetano, no dia 28 de dezembro de 1968, em pleno auge do AI-5. Na música “Os Argonautas”, o poeta baiano homenageia outro poeta, o modernista português Fernando Pessoa, com o refrão “navegar é preciso, viver não é preciso”, no entanto, Fernando Pessoa declamou o verso para homenagear o poeta grego Plutarco. Os três poetas eternizaram uma frase conhecida dos navegadores antigos, provavelmente de autoria do general romano Cneu Pompeu, que viveu antes de Cristo.

Para além da ambiguidade do termo preciso que pressupõe necessidade e incerteza e das ambiguidades da poesia de Caetano mencionada anteriormente, nenhum dos poetas poderia imaginar que em pleno século XXI, os mares fossem tão turbulentos e tenebrosos, com tantas informações paralelas sendo resgatadas pelas subjetividades da memória que se confundem tão facilmente com a história. Dessa turbulência das ondas digitais, em que o distanciamento analítico para pensar os processos históricos de maneira global e articulada, tem sido bem menos importante que o número de *likes* e assinaturas dos internautas, bem como, dos interesses dos gigantes da internet, especializados na gestão dos algoritmos, a partir de 2013, emergiu uma nova linguagem que circula velozmente nas redes digitais e enseja os elementos estruturantes das narrativas negacionistas da ditadura militar. Por isso, “nessa agitação de ondas e tempestades tudo é possível, nada é certo, mas navegar é preciso” (MENESES, 2020, p. 2).

Assim, como outros professores de nossa geração, fomos arremessadas, por um vendaval, a esse mar de incertezas e imprecisões. Contudo, acreditávamos que a democracia no Brasil estivesse consolidada e que a Constituição de 1988, apesar dos limites, continuaria sendo nossa referência de projeção de expectativas de um mundo mais justo, fraterno e equânime. Não imaginávamos, ainda, que os ventos fossem soprar numa velocidade estonteante, embora, em 2016, já fosse visível que os acontecimentos desencadeados pelas manifestações de 2013, tinham potencial para estremecer as estruturas de nossa democracia. As estruturas epistemológicas da História não ficaram ilesas. Nesse sentido, mais do que nunca “viver é preciso, porque navegar é necessário”, a fim de que possamos compreender as controvérsias que acompanham essas memórias sensíveis que envolvem injustiças, crimes, impunidades e projetos de poder.

Ao navegar pelo mundo virtual, começamos a perceber que havia professores sendo influenciados por vendedores de verdade nada confiáveis de modo que essas versões serviam de referência ao fazer pedagógico em diversas áreas. Nos círculos de conversas entre professores de História era nítida a preocupação sobre como problematizar temas sensíveis e o mais grave, a tendência de autocensura em relação à ditadura militar. No entanto, a construção do saber e aprendizagem significativa, exige que o professor não fuja de acontecimentos controversos.

Desta feita, nos mares turbulentos da história, navegar não é preciso mas, sobreviver à tormenta, é mais do que necessário, uma vez que, nossa contemporaneidade tem efetuado mudanças nas formas de apropriação e constituição de sentidos, devido ao salto exponencial e assombroso da desinformação, promovido pelas novas tecnologias. De acordo com o relatório³ intitulado “Leitores do século 21:

3 OLIVEIRA, Elida. 67% dos estudantes de 15 anos do Brasil não sabem diferenciar fatos de opiniões, afirma relatório da OCDE. G1, Rio de Janeiro, 06 mai. 2021. Disponível em: 67% dos estudantes de 15 anos do Brasil não sabem diferenciar fatos de opiniões, afirma relatório da OCDE | Educação | G1 (globo.com) Acesso em: 26 jun. 2021.

desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital”, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado em 06 de maio de 2021, grande parte dos estudantes brasileiros de 15 anos não desenvolveram as habilidades que os capacitam a diferenciar fato e opinião ao fazer a leitura de textos, de modo que eles têm dificuldades para identificar um texto tendencioso ou uma informação falsa e enganosa.

Este exercício demanda análise comparativa a partir de evidências, argumentação e troca de ideias, ou seja, o desenvolvimento do pensamento analítico, por isso na escola é preciso que o ensino vá além da busca por respostas certas, uma vez que está online não resulta em alfabetização digital e o relatório da OCDE aponta que apenas 46% dos jovens brasileiros avaliados em leitura pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), relatam terem sido estimulados na escola a reconhecer se as informações são tendenciosas.

Nesse sentido, é fundamental compreendermos a circulação nas redes sociais digitais de discursos com elementos panfletários, humor debochado, frases de efeito aparentemente inocentes e falsificações; muitos desses, sustentados numa linguagem que articula imagens e textos que “carregam de maneira velada diversas ideologias e, justamente por terem um grande potencial de replicação, estão sendo muito explorados na tentativa de se criar consensos sobre temas polêmicos das mais diversas estirpes” (VITÓRIA, 2019, p. 19).

Para Guerreiro e Soares (2016) as práticas de linguagem na pós-modernidade tornam recorrentes a elaboração de memes por intermédio de imagens que fazem parte de uma cena cotidiana, de algo que viralizou na internet, mas que, no entanto, adquirem um novo significado em sua configuração final. Todavia, não se trata apenas de consumir e compartilhar um conteúdo permeado por preconceitos, discriminação e falsificação, já que em função do controle dos algoritmos, “ao compartilharem esses memes, os usuários compartilham traços de sua personalidade, como afinidades políticas, suas crenças e seu senso de humor” (VITÓRIA, 2019, p. 34), sendo que, devido ao enorme potencial de divulgação, apelo ao humor e tendência a gerar fortes emoções, os memes são considerados um artefato cultural adequado para promover versões históricas comprometidas com os usos políticos do passado, especialmente de memórias traumáticas.

Os memes com temas históricos analisados neste trabalho, se configuram como “um subconjunto dos memes políticos, e trazem uma combinação de politização e memorização dos espaços digitais, propagando visões históricas online que contribuem para delinear identidades culturais e políticas por onde circulam” (VITÓRIA, 2019 p. 38). Isto posto, ao longo desses anos pudemos perceber que a linguagem dos memes funciona como um meio para ampliar o alcance das narrativas falsas da ditadura, que negam o golpe civil-militar de 1964 e a tortura como política de Estado. Contudo, há um fenômeno ainda pior: a apologia a esse acontecimento entre os que afirmam que o golpe foi necessário para salvar o Brasil do comunismo.

A análise de alguns desses memes nos demonstrou que seus elementos estruturantes se sustentam nas mesmas visões históricas e fontes advindas do campo militar. Na verdade, podemos dizer que são formatos que se autoalimentam das mesmas bases, por isso utilizam o recurso ao “perigo vermelho” para negar o golpe e a ditadura e manipular referenciais teóricos, conceitos e categorias em seus discursos sobre o regime militar, todavia, a disputa da memória da ditadura militar também é contemporânea do acontecimento.

Segundo Napolitano (2013), na medida em que a ditadura avançava, ferindo as liberdades civis e políticas, nem mesmo o milagre econômico e a falsa sensação de combate à corrupção, foram capazes de impedir a desidratação da base social que legitimava o governo. Desse modo, no contexto da distensão e abertura, vários setores da sociedade civil, que assumiram o campo da oposição, elaboraram outra memória hegemônica sobre o acontecimento. Para o autor, esses grupos adensaram um discurso oposicionista e crítico ao regime que, em contrapartida, mesmo diante do isolamento, preferiu endurecer. Todavia, sem saber o que dizer à sociedade, os militares optaram, ora pelo silêncio, ora pela narrativa de que “o golpe foi reativo”, ora afirmando, “nós matamos porque o outro lado pegou em armas”. Assim, os militares perderam a batalha da memória, que sendo reelaborada, “serviu para selar a imagem da sociedade-vítima do Estado autoritário, resistente e crítico ao arbítrio” (NAPOLITANO, 2013, p. 327-328).

Não obstante, a batalha da memória se acirrou quando se rompeu o silêncio pretendido pela Anistia. Meneses e Melo (2019), afirmam que o sucesso do projeto Brasil Nunca Mais, encabeçado por Dom Evaristo Arns, nascido durante a abertura democrática, era incompatível com a presença do Coronel Brillhante Ustra, na cena pública brasileira, durante o governo do Presidente José Sarney. De acordo com os autores, Ustra foi uma presença incômoda capaz de provocar uma crise na memória oficial e nos processos de ressignificação do passado, fazendo com que a atriz Bete Mendes o denunciasse. Em 1987, Ustra publicou *Rompendo o silêncio*, com o objetivo de responder e desqualificar a denúncia de Bete Mendes e, posteriormente em 2006, o livro *A Verdade Sufocada - A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça* no qual supostamente “narra a verdadeira história da ditadura militar” mas que agrega um conjunto de teorias conspiratórias e negacionistas sobre o episódio.

Segundo Martins Filho (2003, p. 188), ainda em 1986, Marco Pollo Giordani que participou ativamente do regime militar como funcionário do DOI-CODI, publicou o livro *Brasil Sempre*, em contraposição ao livro *Brasil Nunca Mais*, de Dom Paulo Evaristo Arns, em que “nega a existência da tortura e justifica excessos” como um resultado lógico da lei física, segundo a qual para cada ação corresponde uma reação, da lei biológica de que para cada veneno há um antídoto, ou da sabedoria popular que afirma: “quem semeia vento colhe tempestade” (MARTINS FILHO, 2003, p. 188).

Outra produção bastante conhecida nos círculos negacionistas é o livro *Orvil*, que, segundo matéria da Folha de São Paulo, este livro existiu como uma lenda por mais de 20 anos, entre os setores da extrema-direita e ex-membros do aparelho repressivo. Ainda de acordo com a matéria:

Seu conteúdo integral só foi revelado, em 2009, pelo jornalista Lucas Figueiredo, que recebeu uma cópia de um general, em “Olho por Olho - Os Livros Secretos da Ditadura”, que saiu pela editora Record. “Havia não mais do que 15 cópias. Houve um pacto de circular o livro entre a extrema-direita militar e civil. O ‘Orvil’ era uma espécie de Santo Graal desses caras”, diz Figueiredo. “Esse inimigo perigoso do comunismo que aparece no livro é claramente um trauma de 1935 [ano da Intentona Comunista], que eles vão alimentando como uma paranoia de uma forma ardilosa. É como se o país tivesse milhares de terroristas prontos a transformar isso aqui numa Albânia.” (Folha de São Paulo, 2020).

O “perigo vermelho”, termo cunhado pelo historiador Rodrigo Patto (2020), nos ajuda a entender as ações de grupos autoritários que se serviram do argumento para fortalecer práticas autoritárias no Brasil, como o golpe, a ditadura e o AI-5. Não por acaso, Luís Carlos Prestes e as ações comunistas tornam-se elemento central das narrativas que defendem a versão de que o golpe de 64 foi reação à ação dos guerrilheiros, responsáveis pelo endurecimento do regime.

Ressalte-se que nas efemérides de 2004, alusivas aos 40 anos do golpe militar, a “teoria dos dois demônios” ocupou espaço no debate nacional e têm se tornado âncora das narrativas negacionistas que rompem as pontes que possibilitam a punição, o arrependimento, o luto e o perdão. Nesse sentido, o direito de memória, de verdade e justiça de transição estão sendo frontalmente atacados por uma narrativa midiática que transforma a história em produto de consumo em massa, ao mesmo tempo em que semeia preconceitos e desinformação.

Para Napolitano (2020), o negacionismo brasileiro é um projeto político sobre o passado que oculta, apaga e silencia processos históricos violentos e crimes contra a humanidade. Enfim, são narrativas que desequilibram “procedimentos de reflexão sobre os processos históricos, que não atendam as demandas políticas e interesses desses novos produtores” (MENESES, 2019, p. 70). Segundo Popolin (2020) o que sustenta esse imaginário é a prática de explicar os acontecimentos a partir dos sentimentos, emoções e da ausência de uma atitude filosófica, o que nos remete ao paradoxo de conviver com as inovações e transformações tecnológicas e a permanência da irracionalidade e do conservadorismo arcaico que rejeita a insurgência das diversas identidades e pluralidades culturais historicamente negadas e invisibilizadas.

O ENSINO DE HISTÓRIA E O PROBLEMA DO NEGACIONISMO DA DITADURA MILITAR

As demandas sociais de nosso tempo nos têm desafiado a promover experiências de aprendizagem que estimulem o pensamento reflexivo, a capacidade de analisar e comparar argumentos, de trocar ideias e construir um pensamento histórico, a partir de evidências e fontes. Essa operação, deve fundamentalmente, se contrapor à presença de produções discursivas que acionam memórias subterrâneas de sujeitos que não reconhecem os cânones da ciência histórica que se constituíram a partir de referenciais teóricos e análises rigorosas das fontes e evidências que garantem a materialidade do fato.

A história tem dois lados! Somente quem testemunhou o fato com o próprio corpo pode conhecer a verdade. Essas expressões se tornaram corriqueira em nosso cotidiano e são formulações que resultam numa postura que tem por base o princípio da experiência individual como único referente da realidade, assim, qualquer ponto de vista pode ser possível de modo que as divergências de pensamento são tratadas como questão de opinião e exercício da liberdade de expressão. “A disseminação e acolhida de notícias falsas, assim como de ideias negacionistas e conspiratórias, podem ser apontadas como indício de uma *crise epistemológica*” (MARINELI, 2020, p. 1176) que favorecem a aceitação de visões abusivas e românticas do regime militar e a atualização do mito da “Era do Ouro”.

Nesse sentido, apoiamo-nos em expoentes da educação histórica que rompem com a ideia de ensino de história nos moldes psicopedagógicos de Piaget, para o qual, existe uma linha evolutiva natural, biológica e invariante da cognição do sujeito. Autores como Jörn Rüsen (2011) e Peter Lee (2016), entendem a cognição histórica, pela epistemologia da história, segundo a qual, a progressão do conhecimento histórico depende de uma construção histórico-cultural, portanto, da valorização do sujeito, de subjetividades e saberes, do cotidiano e suas experiências, inseridas num contexto em que, ao produzir o processo histórico somos todos reflexos dele.

Desse modo, nossa análise parte do pressuposto de que, “a história é enraizada nas necessidades sociais para orientar a vida dentro da estrutura do tempo” (RÜSEN, 2011, p. 25). Nesse sentido, é fundamental que nas escolas, professores e estudantes possam experienciar situações de aprendizagem

inovadoras e significativas, que possibilitem o desenvolvimento das concepções substantivas e estruturantes da história e das compreensões meta-históricas, ligadas à natureza intrínseca do saber histórico (BARCA 2006; PETER LEE, 2016), a fim de que se possam instaurar novas apropriações e acionar a construção de uma consciência histórica complexa.

O campo de reflexão epistêmica acerca do ensino de história, propõe a construção de uma *Literacia histórica*, entendida como conjunto de competências de interpretação do passado que permite a compreensão do mundo e de si mesmo. Todavia, a leitura do mundo sob a ótica do raciocínio histórico, solicita que o ensino de história considere os conhecimentos prévios do aluno, o uso das fontes, categorias e conceitos, a empatia histórica e a natureza multiperspectivada da narrativa historiográfica.

Segundo Lee (2003) para compreender as ações, objetivos e práticas sociais do passado, devemos considerar as intenções, circunstâncias e ações dos sujeitos envolvidos nos processos históricos e isso implica perceber que esses agentes possuíam outra perspectiva capaz de influenciar determinadas ações em seus contextos específicos. Considerando nossa observação e as pesquisas de Barca (2004, 2006), é possível acreditar na possibilidade de que nossos jovens desenvolvam compreensões de natureza multiperspectivada e elaborem respostas no modo explicativo pleno. Esse nível de letramento histórico indica que houve um processo de amadurecimento e a emergência de uma compreensão perspectivada de contornos não positivistas, de modo que os jovens possam perceber que não há verdade definitiva, que o conhecimento histórico se constrói permanentemente e nada garante que uma explicação não possa ser questionada com base em novas evidências e interpretações.

Essas reflexões são fundamentais ao ensino de história pensado como formação capaz de construir resistência à sedução negacionista, porque essas narrativas praticam sistematicamente o uso abusivo do passado, que segundo De Baets (2013), consiste na intenção de provocar engano, manipular registros e inserir formulações mal-intencionadas na narrativa histórica. Contudo, para o autor esse tipo de versão, também se constitui pelo uso irresponsável da história, pois provoca danos em suas vítimas.

Nesse sentido, o negacionismo pode ser compreendido como uma fraude, já que produz narrativas com afirmações falsas para sustentar seus argumentos e tem sistematicamente promovido a erosão da confiança da sociedade em suas instituições. Em vista disso, “o Estado, a grande imprensa, as escolas e as universidades se convertem em alvos de um crescente descrédito popular” (CRUZ JUNIOR, 2019, p. 284). Castro (2014, p. 11), afirma que as narrativas negacionistas descredenciam o papel intelectual dos professores e a importância de “historicizar crítica e cientificamente o tempo presente”. Para Meneses (2019, p. 70), são narrativas que “desequilibram procedimentos de reflexão sobre os processos históricos, que não atendem as demandas políticas e interesses desses novos produtores”. Outrossim, as narrativas negacionistas e os memes são constituidores de sentido, na medida em que difundem na cena pública a perspectiva da história, como *magistra vitae*, história como provedora de lições e arquétipos apresentados como verdades inquestionáveis, uma vez que, não se prestam a possibilidade de crítica histórica fundamental à construção do fazer histórico.

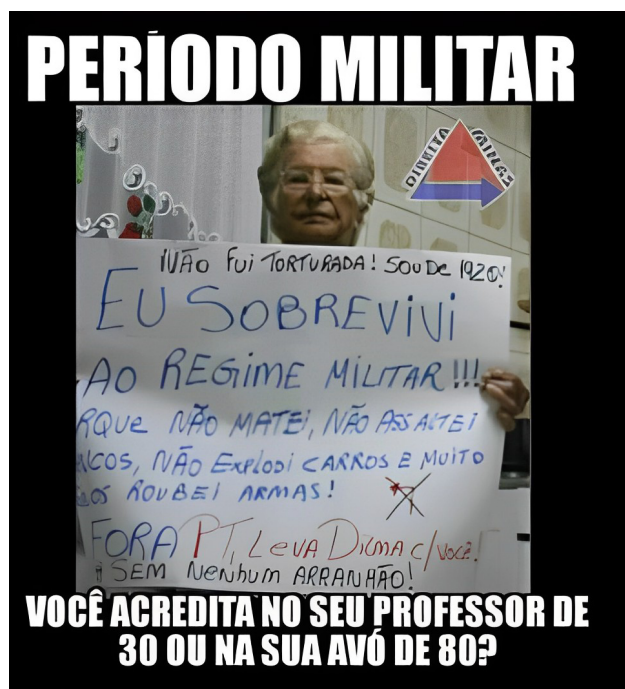
Catroga (2006) afirma que os gregos antigos entendiam a história sob duas perspectivas: como *doxa* ou descrição de uma coleção de fatos e casos particulares percebidos pelos sentidos; e como testemunho que obtém a verdade através da indagação e investigação das fontes. Segundo o autor, Heródoto escreveu para declamar o que viu e ouviu de diversas memórias, testemunhos, lugares e culturas de seu tempo, enquanto Tucídides, preocupava-se com a prova, entendida como a garantia

da verdade, sendo que, somente pela autópsia do corpo que viu, o historiador poderia narrar os fatos verdadeiros, diferentemente do corpo que ouviu, pois este acrescenta impressões que não poderiam ser comprovadas pela observação direta.

Nos últimos anos o princípio da experiência como referente epistêmico tem se tornado um elemento muito acionado em nossa cena pública, sobretudo, nas produções atuais que pretendem difundir conteúdos de forte apelo moral. Perez (2020, p. 87) afirma que, de forma geral, o “século XX aprofundou a insatisfação com o observador cartesiano incorpóreo e acentuou a corporificação do sujeito do conhecimento”. A considerar tal assertiva podemos dizer que o começo do século XXI tem levado essa máxima ao extremo, ao questionar a própria autoridade do sujeito formal do conhecimento e ao ver emergir outros sujeitos a reivindicarem autoridade, tanto sobre a informação, como sobre o conhecimento, Marineli (2020) ressalta que:

Quando a dúvida sistemática recai sobre as instituições, quando se duvida da imprensa, da ciência, da política, as pessoas se tornam cada vez mais dependentes das próprias experiências e crenças sobre como o mundo funciona. (MARINELI, 2020, P. 1176).

Vejamos um primeiro exemplo de meme que tem circulado em diversos grupos e redes sociais (Memes 1 e 2):



Memes 1 e 2.

Fonte: Acervo da autora.⁴

⁴ Todas as imagens que compõem este trabalho foram adquiridas através do “Google Imagens” por meio de *print* de tela, de cerca de 70 memes que abordam o tema da ditadura militar. Em seguida, efetuamos recortes das imagens selecionadas para melhor visualização e apresentação no texto. O material completo com os links de acesso e as informações dos principais blogs e perfis do Facebook e Twitter podem ser consultados na Dissertação do mestrado de nossa autoria, com o título: Histórias Públicas e Ditadura Militar: a verdade sedutora dos negacionistas como um problema para o ensino de história, nas páginas (133 a 180), disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/705497>. Acesso em: 23 jan. 2023. Na Dissertação, devido não ter limite de páginas, todos os memes estão enumerados individualmente, já no artigo tivemos que efetuar um novo recorte e organização das imagens em função do espaço.

Os dois memes acima colocam em primeiro plano a experiência direta em suas explicações, mas de maneira inversa. O primeiro, utiliza a experiência para estruturar uma dada informação como verdade, na medida em que recorre à idade e, por conseguinte, o testemunho corpóreo de quem viveu o período militar, para anunciar uma verdade, como “coisa em si”, com um certo grau de certeza e dogmatismo. O testemunho da avó, é exemplo de como as narrativas negacionistas transformam situações particulares em regras gerais para explicar os processos históricos como se fossem fenômenos universais.

“Você acredita no seu professor de 30 anos ou na sua avó de 80?” presente no meme, denota a presença do pensamento contraintuitivo, um nível elementar de letramento histórico, para o qual só é possível conhecer a história a partir da experiência corpórea do testemunho direto. Nesse nível de letramento, o sujeito não reconhece a diversidade de fontes como um dos elementos da construção narrativa, por isso a imagem descredencia o papel intelectual do professor e a importância de “historicizar crítica e cientificamente o tempo presente” (CASTRO, 2014, p. 11), com o objetivo de enfraquecer continuamente, os lugares tradicionais de “dizer-a-verdade”.

Por outro lado, o meme 01 dificulta os processos de apropriação das categorias estruturantes, da própria construção do acontecimento e do raciocínio histórico, fundamentais à progressão dos níveis de letramento e, por consequência, a compreensão da história como ciência interpretativa, exposto por Lee (2016) e Barca (2001), que confere à narrativa, o caráter de provisoriedade. O meme cristaliza na cena pública uma determinada “verdade” que se estrutura nas crenças pessoais, nos relatos de memória tomados como história e nas emoções de determinados sujeitos que são usados para explicar processos históricos complexos, a partir de falsas premissas e argumentos questionáveis.

Já na segunda imagem (meme 02) o apelo à experiência ocorre no sentido inverso para desqualificar as pessoas na imagem. Uma vez que, o dito por elas, não corresponderia à corporeidade de suas ações. Nesse caso, ao contrário da idosa, esses não estão autorizados a testemunhar. A foto de Caetano Veloso e Regina Casé também enseja a mobilização de uma epistemologia empírica, ou seja, aquela baseada na observação nesse sentido, “surge daí a noção de que os dados “podem falar por si”, representando “uma verdade mais pura do que a apresentada por editores profissionais ou especialistas” (DAVIES, 2019 *apud* MARTINELLI, 2020, p. 1177).

Desse modo, o acesso à “verdade” estaria garantido como uma tentativa de silenciar e esquecer memórias desafetas e uso deliberado de fontes distorcidas e falsificações. Por sua vez, os dizeres: “dá para ver claramente Caetano Veloso e Regina Casé sofrendo torturas inenarráveis” representa as tentativas de abrandamento da Ditadura, porque ignora determinados testemunhos, o que redundaria na predisposição para legitimar práticas de violência social, de ontem, hoje e amanhã.

O NEGACIONISMO DA DITADURA MILITAR NA LINGUAGEM DOS MEMES

Dada as suas particularidades, os memes são classificados como um gênero de persuasão, discussão pública e ação popular, embora evidentemente, não se trate de uma separação rígida, uma vez que, estão imersos em fronteiras difusas e porque no processo social, os elementos que os caracterizam são complementares e não contraditórios.

Selecionamos um conjunto de memes como uma demonstração de como essa linguagem organiza determinadas narrativas com o intuito de fortalecer lideranças políticas, projetos e governos,

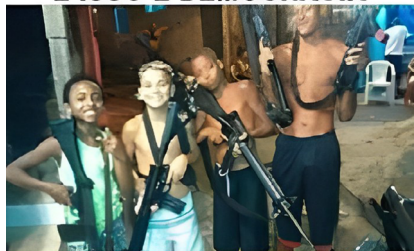
como os aspiram a derrocada da democracia, por exemplo, a ascensão de ideias ultraconservadoras e negacionistas, tais como, Jair Bolsonaro. Assim, em termos de representação dos acontecimentos e conteúdos históricos, a linguagem mêmica estabelece uma série de comparações assimétricas, entre o ontem e o hoje. No caso da Ditadura Militar, as narrativas são construídas para dividir a história em dois momentos temporais: um idealizado como tempo de harmonia e paz, outro de descontrole, degradação e miséria, conforme pode ser observado nos memes 3, 4 e 5. Enquanto o meme 06, demonstra que mais recentemente, como numa crônica messiânica projetou-se um personagem que traria paz e harmonia ao país “AÍ VEIO O JAIR...” com a finalidade de restaurar valores tradicionais, conservadores e reacionários: Deus, Pátria, Família e Liberdade e Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. Vejamos abaixo, os quais comentaremos em seguida:



SE ISSO ERA DITADURA



E ISSO É DEMOCRACIA



ENTÃO EU AMO A DITADURA

Ou ficar a Pátria livre, ou morrer pelo Brasil.
Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.
[//DaO7ValSerGIGANTE](#)

Entendeu ??



Memes 3, 4, 5 e 6.

Fonte: Acervo da autora.

**HOUE UM TEMPO EM QUE NÃO EXISTIAM
DESENTENDIMENTOS,
TODOS ROUBAVAM JUNTOS EM HARMONIA
E O SILÊNCIO DA MÍDIA ERA BEM PAGO.**



A sequência de memes acima é uma espécie de síntese histórica que engloba o período compreendido entre a Ditadura Militar e os dias atuais, os quais indicam a presença de Jair Bolsonaro no poder. Podemos perceber como as imagens fazem uso de realidades assimétricas e descontextualizadas para construir uma dada imagem do passado. Há três marcos históricos enunciados: Marco 01: a ditadura militar, representada pela obra da Ponte Rio-Niterói, uma escola tradicional com crianças assistindo aula e a imagem do ditador Costa e Silva; Marco 02: a Democracia representada pela queda de um viaduto em obras no ano de 2014⁵, em Belo Horizonte; crianças armadas com fuzil e a imagem da Presidente Dilma Rousseff; por último, o Marco 03, a ascensão de Jair Bolsonaro como mito para a história recente, aquele que finalmente, colocaria a casa em ordem. O oferecimento de uma espetacular síntese sobre o passado contendo uma tese “o Partido dos Trabalhadores (PT) destruiu o país” e uma solução para o problema por eles construído “Bolsonaro no poder” é uma das mais representativas funções que essas imagens exercem. Em poucos elementos agenciam um conjunto de representações capazes de se comunicarem rapidamente com grandes audiências.

Segundo Popolin (2019, p. 6) os períodos de crise, insegurança e incerteza tornam a sociedade vulnerável ao aparecimento do mito, de uma ideia de era do ouro que se apresenta ao público “com a intenção de trazer a segurança inalterável das memórias do passado”. Nesse caso, constrói-se a percepção de que a ditadura foi um período excepcional de tranquilidade e progresso, por seu turno, que a democracia é o tempo do descontrole, da falência moral, assim, basta compararmos as imagens das crianças um grupo na escola e outro em estado de violência como se, cada uma representassem um dado momento da história. Vejamos outro exemplo nessa mesma chave:



Memes 7 e 8.

Fonte: Arquivo da autora.

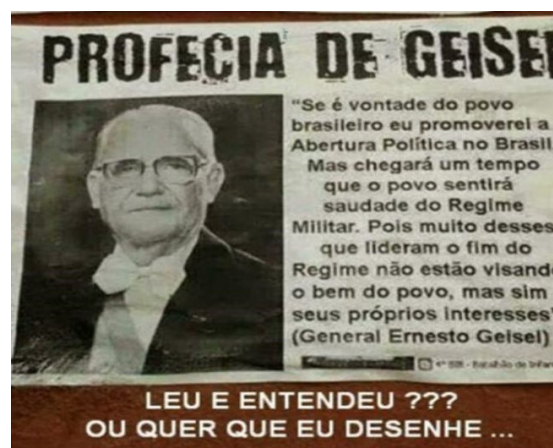
⁵ A queda do viaduto em Belo Horizonte ocorreu em julho de 2014, era uma obra da prefeitura, mesmo assim, foi objeto de intensos debates políticos na época. Ver: Viaduto desaba sobre caminhões, carros e micro-ônibus em BH, publicado em 03 de julho de 2014. Disponível em: G1 - Viaduto desaba sobre caminhões, carro e micro-ônibus em BH - notícias em Minas Gerais (globo.com). Acesso em 17/01/2023.

As imagens evocam o general Brilhante Ustra e acionam a categoria “perigo vermelho” para justificar a ditadura militar e o AI-5, em consonância com uma das linhas negacionistas da ditadura, para a qual foi o terrorismo dos guerrilheiros que provocou o endurecimento do Ato Institucional número 5. Dessa maneira reverberam o argumento de que o Exército é uma instituição de moral superior, um poder moderador a zelar pela sociedade. Os memes também nos falam pela ausência, pelo silenciamento em relação aos diversos relatos de casos de tortura envolvendo o militar. A construção heroicizada do torturador somente funciona pela seleção das atribuições positivas a ele realizadas. Por fim, a mensagem repetida inclusive pelo então deputado Jair Bolsonaro, Ustra era um “herói” que lutou contra o comunismo.

O mito da era dourada atende aos interesses da nova direita brasileira que percebe o Golpe de 64 e a ditadura como um processo histórico justo e necessário, pois teria “evitado” a dominação de esquerda, o que faz com que “alguns consensos históricos sobre o regime militar sejam tratados como injustiça” (POPOLIN, 2019, p. 6). Por outro lado, a extrema-direita se serve desse conjunto de ideias para legitimar os anseios de uma política econômica comprometida com os princípios do neoliberalismo, da defesa do livre mercado e das privatizações.

Ressalte-se que a circulação dos memes enseja e atualiza a indústria anticomunista, com vinculação ao cristianismo conservador, do nacionalismo e liberalismo do século passado, que ainda servem de apanágios para justificar posicionamento autoritários. Logo, o gênero, quando utilizado para disseminar ideias reacionárias, negacionistas ou falsas, estimula uma reação à possibilidade de construção e consolidação de uma democracia social, inclusiva e equânime. Ademais, são narrativas de síntese constituidora de sentido, como já demonstramos, haja vista, o objetivo de orientar o público em direção à intervenção militar. Por isso, “cidadão de bem” tem sido convidado a cumprir seu dever cívico de manter-se engajado numa agitação social com o intuito de promover a revolução conservadora que poderá retomar o curso histórico e “resgatar” a idade mítica em que todos viviam felizes, sem trabalho, sem proibições ou qualquer tipo de impedimento.

Os exemplos apresentados até aqui são memes de persuasão acionados para imputar ao “outro” os problemas sociais enfrentados pela população brasileira no pós-ditadura. Nesse sentido, as profecias de Geisel e de Mourão Filho, presentes nos memes 9 e 10 abaixo, tentam convencer o interlocutor das más intenções dos presidentes civis. Tais enunciados pretendem anunciar uma verdade inconteste contrária à assertiva de Paul Valéry, mencionada por Catroga (2006, p. 34) “prevejo, logo, engano-me”.



Meme 9.

Fonte: Arquivo da autora.



Meme 10.

Fonte: Arquivo da autora.

Temos aí duas montagens que trabalham com fotografias de época. Uma apresenta o ditador Geisel em foto oficial como presidente, outra um jovem Gel. Olímpio Mourão. Não é possível asseverar a autoria dos textos atribuídos aos dois homens uma vez que não há qualquer referência de onde eles teriam sido retirados. As duas apelam ao recurso profético e generalizante que pode servir a sujeitos de tempos diversos. Por exemplo, embora a segunda imagem ressalta várias vezes que o general Mourão não conheceu “Lulla” nem “Dillma”, grafado com dois LL para associá-lo a Collor de Mello, seu teor poderia muito bem servir ao mandatário do país entre 2018 e 2022, Jair Bolsonaro, bastava para isso trocar os sujeitos ali apresentados.

De acordo com Koselleck (2006, p. 43), o ‘*topos*’ formulado por Cícero, a “*história magistra vitae*” compreende que a história oferece “instrução para a vida, de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo da experiência”. A história seria “a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice”, enfim, uma escola em que se aprende a ser sábio e prudente, que oferece um guia portador de um sentido moral inquestionável, assentado na afirmação das repetições, continuidades e permanência de exemplos de figuras heroicas que orientam a ação humana no tempo, embora o futuro, seja inevitavelmente a repetição do passado. Vejamos mais um exemplo:



Meme 11.

Fonte: Arquivo da autora.

Novamente vemos acionada a história *magistra vitae* a qual pressupõe que o passado possui um princípio de causalidade que determina a repetição cíclica dos eventos, como algo necessário e irreversível, de modo que essa potência do passado, poderá estabelecer nossa “era dourada” e o tempo do eterno retorno. Isto posto, o meme 11 apresenta ao público uma perspectiva fatalista e imobilizante com o objetivo de convencer que a realidade social, histórica e cultural é um dado natural, uno, eterno e imóvel, “num processo em que o ômega seria a explicitação necessária do *alfa*” (CATROGA, 2006, p. 11).

A análise de processos históricos que não respeitam o distanciamento analítico e os protocolos de pesquisa que orientam a construção narrativa, denuncia o lugar social de seus produtores, que em vista disso, não consideram as diferenças espaciais e temporais estruturantes do conhecimento histórico. Vejamos outro exemplo de comparações assimétricas a fim de construir uma dada representação do passado.



Memes 12 e 13.

Fonte: Arquivo da autora.

Há dois momentos históricos presentes nesses memes e suas marcas podem ser vislumbradas pela própria composição de elementos presentes. No primeiro bloco (meme 12), é possível identificarmos cenas de genocídios e miséria possivelmente situadas na primeira metade do século XX. Em termos de investigação da fonte histórica, podemos apontar vários elementos relevantes a serem problematizados em sala de aula. O primeiro deles é a total descontextualização das imagens. Não podemos asseverar, por exemplo, se as que se referem às realidades da China ou da União Soviética, realmente, são desses países. Além da qualidade torná-las bastante difusas, não há nada, em termos espaciais ou mesmo temporais que possamos associá-las a uma realidade específica. Percebemos ainda que são apresentadas em preto e branco, recurso muito utilizado em documentários para projetar uma atmosfera de passado às produções. Mas o que é mais importante, o bloco é uma advertência ao comunismo que, a partir das imagens só traria dor e miséria.

No segundo bloco (meme 13) o que vemos é exatamente o oposto. As imagens são coloridas, cheias de luz e carregam alguns fortes referentes espaciais e temporais. Mesmo que não esteja dito, imediatamente, identificamos a paisagem do Rio de Janeiro. Há também indícios temporais importantes, por exemplo nos trajes de banhos que situam as imagens entre fins dos anos de 1970 e 1980. É importante percebermos como os elementos simbólicos são mobilizados. A ideia é aparentemente simples: a ditadura foi um evento positivo e necessário porque nos salvou da miséria comunista. Ao observarmos com mais atenção, pudemos perceber como é possível identificarmos vários elementos de persuasão.

A negação do golpe e da ditadura, aliada a prática de esquecimento, se constitui como elemento estruturante da anistia e do processo de abertura democrática, uma vez que retirava “de parte da sociedade a culpa pela omissão, pelas prisões políticas e pelas torturas” (POPOLIN, 2019, p. 10). Segundo Rollemberg (2006), o conhecimento da tortura era restrito às vítimas e aos familiares e amigos, de modo que, muitos brasileiros tinham conhecimento do fechamento do Congresso Nacional, da violação das normas constitucionais, dos atos institucionais e das cassações de mandato, mas não tinham muita clareza sobre as torturas e assassinatos, o que favoreceu a ideia de inocência por parte da sociedade e, sobretudo, o projeto de conciliação da Anistia, mas também, “a não-compreensão do passado, a ignorância de nós mesmos, de quem somos, dos valores e referências que estão nas nossas raízes e que não podem ser desprezados” (ROLLEMBERG, 2006, p. 10).

A autora destaca ainda, que o problema do esquecimento da memória não é restrito aos círculos militares, a sociedade de modo geral também quer esquecer, “e o mais curioso: as esquerdas revolucionárias, ao narrarem a experiência da luta armada sem olhos de ver, mantendo a interpretação da época, reafirmando-a, hoje, contribuem com o esquecimento ou com um lembrar que esquece” (ROLLEMBERG, 2006, p. 10). Outra linha de formulação dos argumentos negacionistas nesses memes, reforça a ideia de que o povo foi às ruas pedir a intervenção militar, sendo ele próprio protagonista do evento, conforme vemos abaixo no meme 14: “Nós, o Povo, expulsamos os comunistas do Brasil!!”, “Só existe Golpe Militar na bunda de Dilma e do PT”. Tais recursos servem para afirmar a versão dos militares, para a qual, o que houve foi uma revolução popular em que “Não houve um só tiro, não houve uma morte sequer” (meme 14).



Memes 14 e 15.

Fonte: Arquivo da autora.

Como demonstrado até aqui, uma das características na produção dos memes é a descontextualização das imagens o que torna difícil localizar sua autoria e datação, especialmente, as mais antigas que são manipuladas de maneira a passar a mensagem desejada, como visto abaixo. Assim, um dos pontos-chaves na análise é a própria negação de dados e registros do passado e de consensos históricos. Acima, o meme 15 publicado no blog “Liga da Verdade” é utilizado para atacar a Comissão Nacional da Verdade e a historiografia profissional acusadas de praticar “Omissão Nacional da Verdade”. Seu intuito é promover o descrédito, silenciamento e esquecimento de narrativas que não coadunam com versões que praticam uso político do passado e endossar no imaginário coletivo a aceitação da impunidade e a negação da ideia da reparação histórica.

“OS DIAS ERAM ASSIM”: A SÍNTESE HISTÓRICA DA NEGAÇÃO

A divulgação de forma horizontalizada de uma representação que falsifica o passado e o presente termina influenciando o comportamento social de pessoas e grupos que se identificam com a mesma perspectiva política. Nesse sentido, temos assistido várias manifestações públicas com pedidos de intervenção militar por todo o país. Nossa pesquisa pretendeu demonstrar que, em meio a agitação nas mídias digitais, há uma constante atualização das comparações, entre ditadura e democracia, o que denota o entrecruzamento do presente com um passado que ainda não é pretérito e insiste em interferir na construção de outros futuros possíveis, embora o cenário favorito continue sendo o berço do bolsonarismo. A partir da ironia e humor debochado as imagens representam os 21 anos de ditadura e repressão como, “anos de inocência, virtude e pureza para quem não fosse considerado ameaça ao regime ditatorial” (POPOLIN, 2019, p.11), enquanto que os verdadeiros anos de chumbo, seriam durante os governos do PT, marcados por corrupção, desordem, violência e delinquência, em contraste como os memes #OS DIAS ERAM ASSIM.

“Os dias eram assim” foi uma série de televisão exibida em 2017, pela Rede Globo, tendo como enredo a relação de um casal que, durante 20 anos, atravessa vários eventos estendidos da ditadura à redemocratização. No momento de sua exibição a minissérie enfrentou vários problemas, por exemplo, o fato de muitos telespectadores não entenderem a trama, fazendo com que as autoras, Alessandra Poggi e Ângela Chaves tivessem incluído cenas didáticas sobre o episódio⁶. Mesmo assim o programa incomodou bastantes aos grupos de extrema-direita, a tal ponto do deputado Eduardo Bolsonaro ter apelado para que a história fosse capturada antes que os “derrotados a reescrevessem”, enquanto o internauta agradece a internet pela possibilidade de contrapor as deturpações históricas. Vejamos como a série desencadeou uma série de postagens nesse sentido:

⁶ Redação. Telespectador ignora pano de fundo de Os Dias Eram Assim. *O Planeta TV*, Rio de Janeiro, 09 mai. 2017. Disponível em: <https://oplanetatv.clickgratis.com.br/noticias/bastidores/telespectador-ignora-pano-de-fundo-de-os-dias-eram-assis.html>. Acesso em: 18 jan. 2022.



Meme 16.

Fonte: Arquivo da autora.



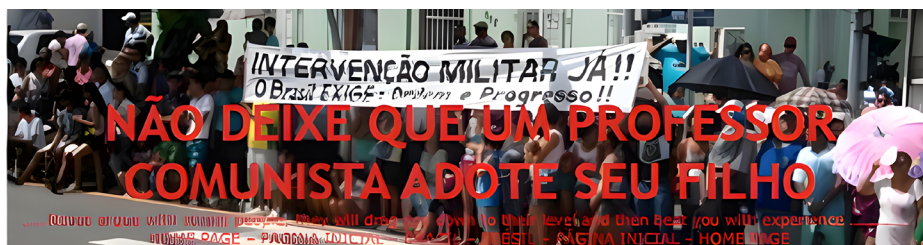
Memes 17 e 18.

Fonte: Arquivo da autora.

Em 2017, vivíamos o ano após o golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff e aquele que antecedeu as eleições presidenciais que elegeram Jair Bolsonaro. Indicadas pela chamada Operação Lava-Jato tomaram vulto no país, as manifestações pedindo intervenção militar e os usos recorrentes da ditadura em discursos negacionistas e políticos. No final de 2016 grupos de golpistas adentraram

a Câmara dos deputados exigindo intervenção militar⁷. Resultado de um crescente aprofundamento da radicalização política, os memes de ação popular trazem “em seu cerne a necessidade de engajar o próximo, em uma dinâmica de ação coletiva” (POPOLIN, 2019, p. 9). Nesse sentido, a intervenção militar seria o horizonte da ação que traria o retorno ao passado e a estabilidade política, que iria “resgatar” e restaurar a ordem conservadora assaltada pelo comunismo e a esquerda de maneira geral.

Para Popolin (2019), a principal característica dos memes de ação popular é a retórica e poder de convencimento em defesa do poder de tutela dos militares sob a sociedade, ao mesmo tempo em que, associa a delinquência a determinados grupos sociais, o que denota a influência das teorias racistas em suas formulações. Segundo o autor, o pedido de retorno à ditadura representa perseguição e morte do “outro” pela nova direita, desse modo, os dizeres: “Não deixe que um professor comunista adote seu filho”, “Acorde! Antes que seja tarde demais” e “As trevas do comunismo avançam sobre a pátria brasileira” nos memes 19 e 20 sugerem que essa cultura política tem atualizado o desejo de uma “operação limpeza” no imaginário coletivo, sobretudo, dos setores radicais. O meme 21 coaduna com esse pensamento ao indicar a doença e cura, mas que, no entanto, “A solução é fácil”.



Memes 19 e 20.

Fonte: Arquivo da autora.

⁷ AMORIM, Felipe. Manifestantes a favor da intervenção militar invadem o plenário da Câmara. Publicado em 16 de novembro de 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/11/16/manifestantes-gritam-viva-sergio-moro-em-confusao-na-camara.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 18 jan. 2023.

A Solução é fácil
04/10/2013



Exemplo de imagem encaminhada em grupos de Whatsapp bolsonarista

Memes 21, 22 e 23.

Fonte: Arquivo da autora.

Tais manifestações são a expressão da radicalidade discursiva que ganhou cada vez mais espaço na cena política do Brasil. Não por acaso, os memes 22 e 23 parecem antecipar os fatídicos episódios que assistimos em 8 de janeiro de 2023, quando um grupo expressivo de extremistas tentou dar um golpe de estado contando com um suposto apoio das Forças Armadas. Por fim, “Todo poder emana do povo” (meme 22) exemplifica a prática sistemática dos negacionistas retirarem frases do contexto, para atender ao objetivo de transformar o negacionismo em política de governo.

Nossa análise argumenta que o horizonte de expectativas proposto pelos memes negacionistas implica na erosão da democracia e do modelo de sociedade construído na modernidade. Nesse sentido, atende aos interesses políticos e propagandistas da extrema-direita bolsonarista que pretende permanecer no poder. Deste modo, os memes operam com a seleção de determinadas memórias, tomadas como conhecimento histórico inquestionável e totalizante, bem como, estimulam a opinião e propaganda, como fatores explicativos de uma realidade pautada no binarismo de direita e esquerda, capitalismo e comunismo, verdade e mentira acionados por essas formulações.

A análise desse material nos chama atenção para a necessidade de operarmos com essas produções discursivas no ensino de história de forma a estimularmos operações a partir dos conceitos estruturantes, em especial história, memória e verdade, com o objetivo de construir situações didáticas que promovam a *Literacia Histórica*, no entanto, essa operação exige muito mais que a indicação de uma informação como falsa, mentira ou engano, uma vez que o enfrentamento dessa problemática nas escolas, deve levar em consideração a interdisciplinaridade, com destaque fundamental para o diálogo entre o ensino de história, sociologia e filosofia em consonância com a área de Linguagens, Códigos e suas tecnologias. Nossa experiência tem mostrado ser possível problematizar os diversos sentidos dos conceitos, história, memória, verdade e a problemática da pós-verdade e das *Fake News* durante o ensino médio. Acreditamos ser possível lançar algumas reflexões, também no ensino fundamental.

Outrossim, ao fazer essa problematização em sala de aula, devemos considerar conforme chama atenção Santhiago (2016) que a História Pública não é uma estetização com o objetivo de atingir um público mais amplo para informá-lo, entretê-lo e diverti-lo. Será fundamental que saibamos delimitar a fronteira que separa o negacionismo de uma simples negação e, fundamentalmente, as fronteiras que separam a nossa operação do ensino em sala de aula e o que fazem os negacionistas, visto que, o ensino de história não pode contribuir para consolidar na sociedade, a percepção do passado como mercadoria ou que a história pode ser ensinada de maneira simplista, fácil e eficiente.

Ressalte-se, não podemos realizar a operação historiográfica no ensino de história, a partir de versões controversas que fazem uso político do passado e não reconhecem a História como “tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro [...] é problemático e não inexorável” (FREIRE, 1996, p. 11), uma vez que ela “está sempre a realizar-se, numa tensão com o incessante renovamento do recordado” (CATROGA, 2006, p. 34). Por esse motivo, é importante que se crie situações de aprendizagem que permitam aos estudantes o desenvolvimento de empatia e a percepção de que história e memória dizem respeito à “síntese de experiência e interpretação” (RÜSEN, 2011a, p. 262) em que se cruzam a objetividade e subjetividade do historiador e do testemunho.

Portanto, uma produção didático-historiográfica responsável que contraponha o negacionismo histórico e suas fraudes, deve estar assentada em algumas virtudes básicas: estabelecimento de protocolos que sustentem a verdade como baliza educativa e científica; metodologias interativas e rigor ético

como elemento fundamental da história acadêmica e escolar, uma vez que, a sociedade espera que os intérpretes do passado, produzam uma narrativa que não os engane.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As linhas negacionistas dos memes se sustentam em narrativas oriundas das memórias dos militares e grupos de extrema-direita encontradas, especialmente, nos livros *Orvil*, (MACIEL, 2012), *Verdade Sufocada* (USTRA, 2006) e todo um conjunto de obras que foram capazes de influenciar novos atores na cena pública. A partir da evocação de um “perigo vermelho”, “teoria dos dois demônios”, formulações conspiracionistas, silenciamentos e ocultações estabelecem versões abusivas da história. São narrativas formuladas a partir de uma cultura que profetiza o futuro a partir da idealização do passado e considera que o presente se auto explica, de modo a esmaecer a distinção entre as temporalidades.

Por seu turno, essas narrativas ignoram toda a discussão epistêmica em torno de um lugar social, da prática e escrita fundamentada em referenciais teóricos, evidências, testemunhos, paisagens e fontes que oferecem legitimidade e neutralidade perspectivada a narrativa, por isso essas versões acionam narrativas tradicionais conservadoras e se aproximam do modelo positivista e historicista do século XIX, ou mesmo da *magistra Vitae* em que a memória é portadora de uma verdade que existe como “coisa em si”, capaz de exprimir uma realidade ôntica que opera com certo grau de certeza, convicção e dogmatismo. Por outro lado, questionam os avanços das pesquisas historiográficas ancoradas nos estudos da história social e da história cultural que dão voz às memórias marginais e possibilitaram os avanços nas relações de gênero e políticas compensatórias. Desse modo, o negacionismo brasileiro assume um caráter reativo ao direito de memória, história, verdade e justiça de reparação. Isto posto, nosso trabalho não pode ser uma descrição do passado, mas um exercício de mediação, colaboração, auto reflexividade e ressignificação do passado que nos permita aprender a pensar historicamente e por conseguinte, desenvolver as competências de aprender a aprender, a fazer, a ser e a conviver.

REFERÊNCIAS

- BARCA, Isabel. Concepções de adolescentes sobre múltiplas explicações em história. Universidade do Minho. 2001a. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/569/1/IsabelBarca.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. *Educar*, Curitiba, Especial, p. 93- 112, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5126>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BARCA, Isabel. Os jovens portugueses: ideias em História. *Perspectiva*, Florianópolis, v.22, n. 02, p. 381-403, jun/dez. 2004. Disponível em: <https://bityli.com/HrVAF>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- CASTRO, Ricardo Figueiredo de. O negacionismo do holocausto: pseudo-história e história pública. *Resgate* – vol. XXII, n. 28 – jul./dez 2014, p. 5-12. <https://bityli.com/ISJkt>. Acesso em: 15 out. 2019.
- CATROGA, Fernando. Ainda será a História Mestra da Vida? *Estudos Ibero-Americanos*, Edição Especial, n.2. p. 7-34. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2006.s.1347> Acesso em: 22 jul. 2022.

CRUZ JUNIOR, Gilson. Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. *Educação Temática Digital*. Campinas, SP, v. 21, n. 1, p. 278-284, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://bityli.com/aoCkR>. Acesso em: 10 dez. 2020.

DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n. 65, p. 17-60 – 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a//3zbNZYBS6nWgH5FJ5G3HC5m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GUERREIRO, Anderson; SOARES, Neiva Maria Machado. Os memes vão além do humor: uma leitura multimodal para a construção de sentidos. *Texto Digital*, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, v. 12, n. 2, p. 185-208, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://bityli.com/UEPbh>. Acesso em: 13 ago. 2020.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2006.

LEE, Peter. Literacia Histórica e história transformativa. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 107-146, abril/jun. 2016. <https://bityli.com/jHZka>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. *Educar*. Curitiba, Especial, p. 131-150, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <https://bityli.com/PAtNz>. Acesso em: 19 mar. 2021.

LEE, Peter. “NÓS FABRICAMOS CARROS E ELES TINHAM QUE ANDAR A PÉ”: COMPREENSÃO DAS PESSOAS DO PASSADO. IN: BARCA, Isabel. *Educação Histórica e Museus*. Minho/PT: Centro de investigação em educação: Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho, 2003.

MARINELI, Fábio. O terraplanismo e o apelo à experiência pessoal como critério epistemológico. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v. 37, n. 3, p. 1173-1192. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7941.2020v37n3p1173> Acesso em: 18 dez. 2020.

MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos dos militantes e militares. *Revista Varia*, vol. 18, n. 28, dec. 2002. Disponível em: <https://bityli.com/FfucT>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MEIRELES, Mauricio. “Orvil”, livro secreto da ditadura, inspira guerra cultural de Bolsonaro. *FOLHA DE SÃO PAULO*. 2020 mai. 15. Disponível em: ‘Orvil’, livro secreto da ditadura, inspira guerra cultural de Bolsonaro - 15/05/2020 - Ilustrada - Folha (uol.com.br) Acesso: em 08 set. 2021.

MENESES, Sônia; MELO, Egberto. História, memória e leituras do passado: o que os embates sobre Dom Paulo Evaristo Arns e o coronel Brilhante Ustra nas redes sociais podem nos ensinar? In: MENESES, Sônia. *História, memória e direitos*. São Paulo-SP: Letra e Voz, 2019, p. 37-52.

MENESES, Sônia. Navegação histórica no turbilhão das redes. *Humanas pesquisadoras em Rede*. 23/07/2020. Disponível em: <https://bityli.com/NiEVi>. Acesso: em 14 jan. 2021.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 66-88 -2019. Disponível em: <https://bityli.com/gibGN>. Acesso em: 30 nov. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2013.

CASA DE OSWALDO CRUZ. Negacionismo e revisionismos ideológicos: o conhecimento histórico em xeque. YouTube, 19 mar. 2021. Disponível em: Combate ao negacionismo historiográfico confronta o obscurantismo que ameaça a democracia, diz historiador (fiocruz.br). Acesso em: 24 jan. 2023.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez de. O negacionismo científico olavista: a radicalização de um certo regime de verdade. In.: KLEN, Bruna S; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria, ARAÚJO, Valdei Lopes de (orgs.). *Do fake ao fato: (des)atualizando bolsonaro*. Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 81-100.

POPOLIN, Guilherme. Intervenção Militar Já: os memes da internet e o imaginário da nova direita brasileira sobre a ditadura civil-militar. Intercon - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Belém - PA - 2 a 7/09/2019. Disponível em: <https://bityli.com/wnqxo>. Acesso em: 09 dez. 2020.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. PDFCOFFEE.COM. Disponível em: Aula 17. ROLLEMBERG, Denise. O Esquecimento das Memórias. - PDFCOFFEE.COM Acesso em: 08 ago. 2021.

RÜSEN, Jörn. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. SCHMIDT, Auxiliadora. BARCA, Isabel. MARTINS, Estevão Rezende. (org.). Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? Sobre as transformações do passado em história. In.: SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011a, p. 259-290.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In.: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-35.

VITÓRIA, Bárbara Zacher. *Sobre memes e mimimi: Letramento histórico e midiático no contexto do conservadorismo e intolerância nas redes sociais*. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214779>.